

## Conselho do Plano Diretor Municipal de Cachoeiro de Itapemirim

### Biênio 2011-2013 Reunião Extraordinária

Ata n.º 77 do Conselho do Plano Diretor Municipal, que se reúne sob a Presidência da Conselheira Emilene Rovetta da Silva, aos 08 dias do mês de novembro de 2012, às 15:30 horas, no Museu da Ciência e Tecnologia. **Estavam presentes os seguintes conselheiros:** 1) Emilene Rovetta da Silva, SEMGES; 2) Joaquim Neiva de Rezende Junior, SEMCULT; 03) Paulo César Mendes Glória e Wando Alves Pereira, SEMDURB; 04) Guilherme Thompson de Mendonça, DEFESA SOCIAL; 05) Sílvio Cantero Marino, SEMUTHA; 06) Jairo Freitas Di Giorgio, SINDUSCON; 07) Ruberval da Silva Rocha, ASCICI; 08) Ricardo Coelho de Lima e Elisângela dos Anjos Silva, SEMDEC; 09) Marco Antônio Carvalho de Oliveira, SEMAG; 10) Marcos Antônio Lemos Fabre, ACEEL; 11) Carlos Heugênio Duarte Camisão e Rônio Linhares de Oliveira, CREA; 12) Pedro Luiz Ferreira Sandrini, AMOBAM; 13) Josué Batista da Silva, SEMMA; 14) Flávio Fricks e Carlos Roberto Rabelo, ADESA; 15) Cora Augusta Duarte Aguiéiras, DIOCESE; 16) João Luiz Silva, ASCOSUL; 17) Luiz Rogério Ramos Casaes, FAMMOPOCI; 18) Yuri Gagarin Sabino, AGERSA; 19) Roberto Colodete, IDAF; 20) Leandro Vianna Silva Souza, IFES; **Ausentes os representantes do:** CETEMAG; CÂMARA MUNICIPAL; SEMO e ASSOCIAÇÃO DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM. **Ausentes com justificativa:** OAB; SINDICATO DOS ESTABELECIMENTOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE DO SUL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO; SINDIMÁRMORE e SEBRAE. **A Presidente Emilene Rovetta** inicia a reunião esclarecendo que trata-se de reunião extraordinária e apresenta **o primeiro ponto da pauta** referente a aprovação das atas 75 e 76. **Emilene** informa que recebeu um e-mail do Conselheiro Nilton Costa que pede para alterar a ata nº 75 referente a ausência da OAB que foi justificada. Logo em seguida as atas foram colocadas em votação, sendo aprovadas por unanimidade, ficando esta alteração como pendência antes da publicação da mesma. **O segundo ponto da pauta** referente a apresentação da análise do GT da UNES foi apresentado pelo Conselheiro Paulo César Mendes Glória, que menciona a presença dos representantes da UNES nesta reunião. **O Conselheiro Carlos Camisão** procura saber se o Ministério Público tem conhecimento sobre a elaboração do TAC que está sendo apresentada. **O Conselheiro Paulo Mendes** diz que assim que resolvido no CPDM será apresentado ao MP. **O Conselheiro Camisão** pergunta se o local das obras como medida compensatória estarão em locais compatíveis. **O Conselheiro Paulo Mendes** diz que serão exigidas medidas mitigadoras. **O Conselheiro Carlos Camisão** pergunta se a direção da UNES em relação ao transtornos que estão acontecendo referente ao trânsito, pensam em sair desse endereço comprando um imóvel em outro local. **A Presidente Emilene** concede a oportunidade ao Diretor da UNES para se pronunciar. **O Conselheiro Joaquim Neiva**, preocupa-se com a possibilidade dos alunos que hoje frequentam a UNES localizada no Village, se desloquem para o novo endereço. Diz que se isso acontecer será um absurdo, já que a instituição de ensino não possui vagas de garagem o suficiente para atender essa demanda. **O Diretor Geral da Unes**, Professor. Dr. Gilson Mendes da Cruz informa ser avaliador do MEC. Diz que os alunos serão impedidos de estacionar sobre as calçadas, garantindo que isso não vai acontecer. Diz que a UNES tem interesse de não criar transtorno para o entorno. Diz que está sendo criado mecanismos para impedir o aluno de estacionar na calçada. Talvez multa ou reboque. A UNES quer ser parceira do Município e não inimigo. Diz que para utilização do estacionamento o aluno será identificado através de crachá. Se não colocar o carro no estacionamento, o município poderá autuar. Diz que a multa dói no bolso. Se os alunos não acatarem existirá repressão. Informa que um aluno teve seu carro arranhado e colocou a instituição na justiça. Afirma que a possibilidade da transferência da UNES do Village para o atual endereço não existe. Diz ser prejuízo financeiro para a UNES. Informa que a entidade do Village está situada em terreno que mede 30.000,00m<sup>2</sup>. É vantagem expandir nesse mesmo endereço. A instituição está fazendo trabalho junto com o motorista de ônibus, porém está havendo resistência. Terão que se adequar. A Unes pretende divulgar trabalhos sociais que são fantásticos. Informa que tem acessibilidade para os portadores de deficiência especiais. Diz que o custo para manter o estacionamento é alto, mas que será mantido. **O Conselheiro joaquim** diz que segurança pública é dever de todos. Se direciona ao diretor da UNES dizendo: o Sr. Diz que não é responsável, está errado. **O Diretor** diz que extra muro é dever do Município e intra muro da UNES. **O Conselheiro Joaquim** diz que o CPDM assumiu um problema sério. Esse desgaste que o Conselho está sofrendo está sendo um custo muito alto, mas não tiramos o direito da instituição. Não podemos passar por isso novamente, por isso temos que resolver o problema em conjunto. **O Diretor** diz saber do trabalho que deu ao Conselho. Ci-

tou que o servidor Marcos Aurélio Bogado preocupou-se em fazer um trabalho técnico, na legalidade. **O Conselheiro Joaquim** diz que enquanto a UNES estiver cumprindo as exigências terá o apoio do CPDM. **O Diretor** agradece pela oportunidade. **O Conselheiro Sílvio Cantero** diz que o CPDM está compactuando com medidas mitigadoras, mas que gostaria de saber quantos alunos utilizarão o estacionamento. **O Diretor** esclarece que o imóvel possui subsolo que será utilizado como estacionamento para motos. Informa que a maioria dos alunos utilizam motos. Cita a construção localizada em frente a instituição e mais algumas alternativas para estacionamento. Diz que a instituição é a maior interessada em viabilizar o estacionamento. **O Conselheiro Flávio Fricks** diz que os alunos tem que ter consciência, caso não cumpra o determinado pelo TAC, porque vai doer no bolso. **O Diretor** diz que a conscientização será feita junto com o Poder Público. **O Conselheiro Guilherme Thompson** coloca sua Secretaria à disposição para um trabalho de conscientização. **O Conselheiro Carlos Rabello** diz preocupar-se com a quantidade de alunos em relação a demanda. **O Diretor** informa que os alunos não chegam todos ao mesmo tempo. O universo de chegada é das 17:30h às 19:00h. **A Presidente Emilene** diz que a leitura foi feita que a UNES vai cumprir o determinado pelo TAC. Em seguida **Emilene** informa que **o terceiro ponto da pauta** referente ao GT do artigo 37 será apresentado na próxima reunião. Apresenta **o quarto ponto da pauta** cobrando justificativas das Oficinas de trabalho referente a revisão do PDM. Diz que vai propor uma data para apresentação das oficinas e se for o caso de existir alguma dificuldade referente aos estudos que sejam apresentados antes do final do mandato deste Conselho. **O Conselheiro Rogério Casaes** diz que necessita de informação sobre em qual oficina a FAMOPOCI encontra-se participando, já que ele está representando a entidade à pouco tempo. **A Conselheira Emilene** informa aos Conselheiro sobre o pedido de afastamento junto ao CPDM do Conselheiro Higner Mansur. **O Conselheiro Marcos Fabre** diz lamentar-se com a saída do Conselheiro Higner, porque o fundamental é que todos tenham noção de trabalho em grupo. Agora, se ele não se sentiu fazendo parte do grupo, melhor assim. **O Conselheiro Pedro Sandrini** pergunta se o Prefeito tem conhecimento do pedido de afastamento do conselheiro. **A Presidente Emilene** diz que sim e que está muito tranquila em relação a isso. Diz que toda matéria tratada pelo CPDM foi muito debatida, porém com algumas resistências. **A Presidente Emilene** coloca em votação o assunto da UNES, que foi aprovada pela maioria, havendo duas ausências. Em seguida apresenta **o quinto ponto da pauta** referente ao Empreendimento Residencial Hugo Amorim. Esclarece que o Ministério Público notificou a Prefeitura para esclarecimentos. Faz a leitura da notificação e pede ao Conselheiro Paulo Mendes, responsável pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano – SEMDURB que esclareça aos conselheiros sobre a notificação. **O Secretário Paulo Mendes** faz a leitura da defesa, esclarecendo ponto a ponto do porque da aprovação da construção do empreendimento, deixando claro que não houve má fé quanto a aprovação, pois toda a análise foi respaldada e fundamentada por Lei. Esclarece ainda, que a decisão de suspensão do alvará foi feita pelo MP, através de ato recomendatório e a Secretaria acatou a suspensão, notificando a empresa. O Conselheiro ainda explica que consta no PDM que a Secretaria Municipal de Cultura é responsável por fazer o inventário dos bens tombados, notificando os proprietários vizinhos. Isso deve estar inserido numa Lei complementar que regulamente esses atos como foi feito no EIV. **A Conselheira Cora Duarte** diz que todas as considerações feitas pelo secretário Paulo estão de acordo com âmbito municipal, mas é sobre o âmbito estadual que está sendo discutido o assunto. Informa que foi pedido vista do processo. Informa também que será feita explanação através de estudos referente aos impactos em relação à construção. Diz estar preocupada por se tratar de assunto tão delicado, inclusive para os moradores. **Cora** diz que existem estudos que comprovam impactos e que foi discutido em âmbito municipal, estadual e federal. **O Conselheiro Joaquim** diz que no entorno da Casa do Roberto Carlos, está acontecendo situação semelhante. Informa que existe um processo tramitando na PMCI, onde o contribuinte solicita informação quanto ao gabarito no entorno. Diz que o Conselho da Cultura da época ficou de tratar sobre o assunto a mais ou menos um ano. Acredito que para a igreja, ainda não houve tombamento municipal. Diz que o Mercado Municipal não foi tombado., mas todo mundo acha que é. O Ministério Público tem que ser atendido, mas o município não tem culpa. Deveria responsabilizar quem não regulamentou a lei para tais exigências lidas pelo Secretário. Penso que está faltando organização. **O Conselheiro Carlos Camisão** pergunta se esta matéria foi encaminhado ao CPDM. **A Presidente Emilene** diz que foi encaminhada ao Conselho para conhecimento da situação. Então, nós enquanto conselheiros vamos abrir a discussão. **O Conselheiro Ruberval Rocha** diz que esse conselho é muito importante para o desenvolvimento da cidade. Quanto a informação de que alguns imóveis são tombados ou não, ainda não sabemos. O que entendi é que o Ministério Público faz questionamentos ao Secretário de Desenvolvimento urbano e não ao CPDM. **Ruberval** pergunta se o memorial do Residencial Hugo Amorim foi registrado em cartó-

rio para venda de imóveis. **O Conselheiro Carlos Camisão** diz que tem que verificar o que a lei estadual orienta. **O Procurador Dr. Marcos Aurélio** diz que o artigo 145, § 2º tem que ser levado em consideração. **O Conselheiro Ruberval** comenta novamente que tem que verificar se o memorial foi registrado em cartório. Se não foi, não pode haver venda das unidades. Se antes do registro em cartório isso estiver acontecendo, o residencial vai ter problema. **O Conselheiro Ruberval** diz que quem vai resolver não é a Prefeitura. Não temos que sofrer por antecipação. **O Conselheiro Paulo Mendes** diz que o assunto é sério, por isso tem que ser visto e revisto. No momento não existe uma lei específica que regulamente as ações relativas ao Patrimônio Histórico. Porém, qualquer que seja a decisão do Conselho Estadual de Cultura, será acatada pela SEMDURB. **O Conselheiro Ruberval** diz: O Ministério Público agiu sobre provocação. Então, tem que aguardar para não se precipitar. Talvez não seja necessário preparar tese de defesa antes da hora. **O Conselheiro Carlos Roberto** diz que o MP está correto. Estamos como conselheiros, mas também como cidadãos. Temos que tomar cuidado, porque o CPDM está aprovando coisas sem participação da população. O povo tem que ter representação aqui dentro e deveria participar das reuniões. **O Conselheiro Ricardo Coelho** diz que os compradores dos apartamentos estão temerosos com a suspensão do alvará. Existe uma insegurança. **A Conselheira Cora** diz que a situação tem que ser adequada. **A Conselheira Emilene** pergunta se todos estão satisfeitos com o esclarecimento feito pelo Conselheiro Paulo Mendes, ou se ainda existem dúvidas. Todos ficaram satisfeitos com a apresentação do Conselheiro Paulo Mendes. **O Conselheiro Josué Batista** convida os conselheiros para participarem no SINDIFISCAL, sobre assunto importantíssimo para o município onde será abordado o diagnóstico do Plano de Manejo do Itabira. Encerra-se a reunião às 17:30h.

01) Emilene Rovetta da Silva \_\_\_\_\_

02) Joaquim Neiva de Rezende Junior \_\_\_\_\_

Cristiane Resende Fagundes Paris \_\_\_\_\_

03) Paulo César Mendes Glória \_\_\_\_\_

Wando Alves Pereira \_\_\_\_\_

04) Guilherme Thompson de Mendonça \_\_\_\_\_

05) Sílvio Cantero Marino \_\_\_\_\_

06) Jairo Freitas Di Giorgio \_\_\_\_\_

07) Ruberval da Silva Rocha \_\_\_\_\_

08) Ricardo Coelho de Lima \_\_\_\_\_

Elisângela dos Anjos Silva \_\_\_\_\_

09) Marco Antônio Carvalho de Oliveira \_\_\_\_\_

10) Marcos Antônio Lemos Fabre \_\_\_\_\_

11) Carlos Heugênio Duarte Camisão \_\_\_\_\_

Rônio Linhares de Oliveira \_\_\_\_\_

12) Pedro Luiz Ferreira Sandrini \_\_\_\_\_

13) Josué Batista da Silva \_\_\_\_\_

14) Flávio Fricks \_\_\_\_\_

Carlos Roberto Rabelo \_\_\_\_\_

15) Cora Augusta Duarte Aguiéiras \_\_\_\_\_

16) João Luiz Silva \_\_\_\_\_

17) Luiz Rogério Ramos Casaes \_\_\_\_\_

18) Yuri Gagarin Sabino \_\_\_\_\_

19) Roberto Colodete \_\_\_\_\_

20) Leandro Vianna Silva Souza \_\_\_\_\_